

**Pauta da 31ª Reunião Ordinária da Plenária – 2023****Data: 22 de novembro de 2023****I-Leitura;****II-Informes;****III-Ordem do dia: Debate sobre a infraestrutura nas escolas; reformas e requalificações.****IV – Palavra Facultada.****Ata da 31ª Reunião Ordinária Plenária – 2023**

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, na Sede do Conselho Municipal de Educação do Recife, Av. Visconde de Suassuna, 141 – Santo Amaro, às onze horas e vinte, realizou-se a trigésima primeira reunião plenária. Presentes os conselheiros: Ana Paula de Oliveira Tavares, presidente; Alíria Thaisa Monteiro Costa; Amanda Gomes Duarte; Ana Lúcia do Rego Ferreira; Andréa Cardoso Lopes; Fernando José Félix Da Silva; Francisco Soares de Santana; Guilherme Maciel; Isaac Machado de Oliveira; Josineide Antônia da Silva Melo; Marcelo Augusto Dantas; Maria Auxiliadora Leal Campos; Maria da Conceição Lima da Silva; Mônica Barbosa da Silva; Necy José do Carmo Soares; Ozanira Maria Pereira Gomes da Silva; Socorro Barros de Aquino e Wallace Melo Gonçalves Barbosa. Convidado: Alexandre Eldeir, superintendente de infraestrutura da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA). **Ordem do dia:** A presidente preferiu seguir o rito numa ordem diferente para começar ouvindo o convidado. Dando início à reunião, a presidente Ana Paula agradeceu a presença do Senhor Alexandre e justificou seu convite por algumas situações trazidas por conselheiros e que gostariam de saber como está o andamento da requalificação das unidades, como ela é planejada, se há participação de toda secretaria nesse planejamento, como anda a execução. O Senhor Alexandre disse que a parte pedagógica não lhe competia, portanto não poderia falar em relação a isso. Quanto às regionais, tudo que é feito por ele está em acordo com o setor. Falou que estão fazendo licitações por lote e que cada um engloba duas RPAs. No início foi mais complicado porque precisavam fazer as manutenções sem paralisar as aulas, normalmente serviços de urgência. Porém, com a requalificação tem sido diferente. Embora ainda haja insuficiência de pessoal interno para fiscalizar as obras, hoje já não se tem deficiência de pessoal para execução. Preferem fazer intervenções por salas, por exemplo, mas há creches tão pequenas que é preciso realmente parar tudo. Procuram sempre fazer os serviços isolando o máximo possível, contudo, às vezes é preciso

38 quebrar cerâmica, piso; e para gerar menos desconforto a todos, optam por fazer em  
39 horários menos movimentados, como à noite e finais de semana. Nem sempre é possível,  
40 mas evitam maiores transtornos. O conselheiro Marcelo disse que é impossível fazer o  
41 maior programa de requalificação da história do município de Recife sem que esses  
42 transtornos de alguma maneira impactem diretamente no dia a dia das escolas. O  
43 Conselho vem tentando deliberar e ajudar na implementação do ensino híbrido em Recife  
44 para que essa metodologia de ensino possa ser utilizada no sentido de dirimir o impacto  
45 da ausência do estudante em sala de aula e de alguma forma possa acelerar esse  
46 processo nas escolas. Citou o caso da creche municipal Mãezinha do Coque, que há  
47 tempos está em obras e perguntou se há um cronograma para cada unidade e como é  
48 feito o processo de monitoramento e acompanhamento dessas obras de modo a garantir  
49 que o prazo seja cumprido. Questionou também como funciona a comunicação com a  
50 gestão da unidade que será reformada. O convidado respondeu que o cronograma são  
51 eles juntamente com a empresa que o elabora, mantendo a regional sempre informada.  
52 Quanto à creche citada, ela passou por algumas etapas: primeiro, uma ampliação, em  
53 seguida uma requalificação e agora uma requalificação geral, por isso um período tão  
54 extenso. A regional sempre acompanhando, inclusive nas visitas. Alguns gestores não  
55 cooperam, porque querem que o serviço seja feito apenas durante o recesso; outros não  
56 esvaziam as salas para começarem as obras, e tudo isso faz com que se prolongue mais  
57 o processo. O conselheiro Francisco citou o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI)  
58 Ana Rosa Falcão, onde houve uma queda de parte do concreto e quase atingiu as  
59 crianças. Não havia isolamento e era bem arriscado. Nesse CMEI as obras também vem  
60 se arrastando como na Creche Mãezinha do Coque. Falou também sobre a Creche  
61 Sonho do Povo, que não está em obras, mas houve a queda de parte do teto no meio de  
62 uma sala. Aconteceu de madrugada e por isso não houve feridos. Então, além do  
63 andamento das entregas das obras, perguntou como está a verificação da qualidade, a  
64 manutenção, para que não haja mais surpresas como essa. O convidado respondeu que  
65 o CMEI Ana Rosa começou com uma ampliação, depois uma requalificação e em seguida  
66 uma nova licitação foi feita para outra ampliação, que está sendo concluída agora. Por  
67 isso a demora da obra, porque foram três seguidas. O concreto que caiu foi por falta de  
68 manutenção, já que não haviam detectado antes que existia uma infiltração no local. Mas  
69 está resolvido esse problema. Sobre a Sonho do Povo, está para iniciar as obras e o  
70 ocorrido se deu também por falta de manutenção, mas já está sanado. Quanto ao  
71 acompanhamento, existe uma empresa que faz o gerenciamento, faz as visitas e  
72 diagnósticos. Além disso, existe uma planilha que é alimentada diariamente pelas

73 gestoras de todas as unidades indicando quais problemas de estrutura encontram-se ali.  
74 Acontece às vezes de passar batido, como foram essas situações supracitadas, quando  
75 nem a empresa que faz a vistoria e nem as gestoras detectam o problema. Então para  
76 amenizar esse tipo de situação, foram contratados mais funcionários, arquitetos e  
77 engenheiros, a fim de dar mais suporte na parte de manutenção, requalificação e  
78 andamentos dos projetos. Necy retornou o assunto sobre a creche Mãezinha do Coque,  
79 disse que para as obras serem finalizadas tiveram que denunciar algumas vezes; e agora  
80 está em obras novamente. O Senhor Alexandre explicou que foi uma obra bastante  
81 complicada, tanto pela falta de mão de obra na época, como pelo projeto estrutural que  
82 estava errado, então demandou muito tempo até consertar tudo. Necy disse que mesmo  
83 assim, após toda essa espera, na primeira chuva que deu a creche ficou inundada. Viram  
84 onde era o erro e consertaram. Depois foram novamente lá para trocar as cerâmicas que  
85 estavam novas. Então o questionamento dela foi: que tipo de profissionais estão  
86 contratando? Não se tem planejamento? São custos altíssimos com dinheiro público e  
87 não tem qualidade. Relatou também sobre a Escola Municipal Josué de Castro, que foi o  
88 mesmo processo. Trabalho sobre trabalho. Retiraram as cerâmicas novas para colocar  
89 outras padronizadas. Enquanto isso, outras unidades passando situações de calamidade.  
90 A escola municipal Almirante Soares Dutra também, mesmo procedimento. Além disso,  
91 citou que os profissionais contratados precisam ter cuidados ao trabalhar em escolas e  
92 creches, para evitar acidentes, principalmente com as crianças. O convidado ressaltou  
93 que problemas acontecem, não são perfeitos, e o que não pode é pagar por serviço mal  
94 feito. A conselheira Socorro falou sobre os casos que vem recebendo no sindicato de  
95 professores e estudantes adoecidos por conta da poeira das obras. Crianças arranhadas  
96 por circularem próximas aos materiais das obras. Citou como exemplo o período que ficou  
97 na Creche Mãezinha do Coque, em reforma, que foi um ano e oito meses, e não havia  
98 diálogo com a engenharia. Por exemplo, as janelas que foram retiradas, poderiam  
99 permanecer ali, pois estavam nos padrões. O Sr. Alexandre respondeu que a conselheira  
100 pode procurar a direção da SEINFRA ou alguém da regional para pedir que intervenham  
101 nesse tipo de situação. Socorro lembrou que no tempo que ela era Gerente de Educação  
102 Infantil já era difícil essa comunicação; hoje então, como professora, muito mais.  
103 Alexandre reafirmou que procurando, eles atendem. Porque estão com um quadro  
104 pessoal muito bom e por isso a distribuição das tarefas melhorou bastante. A conselheira  
105 Aliria iniciou sua fala informando o papel do Conselho, e por ser um órgão de controle  
106 social, uma das prerrogativas que está na lei 16.768/02, é que toda e qualquer política  
107 pública seja apresentada ao Conselho antes de ser implementada. Esse projeto de

108 requalificação não foi apresentado. De forma alguma ela enxerga o projeto como algo  
109 negativo, pois tudo que vier para melhorar a educação, ela é a favor. A crítica não é sobre  
110 o projeto, mas sim sobre a ciência que não foi dada. Falou que é importante que o  
111 Conselho tenha acesso à documentação, projetos, prazos, formação da equipe, onde  
112 buscar informações, tudo isso é necessário. Aliria também comentou sobre a Creche  
113 Escola José de Souza Ferraz, onde realmente precisava passar por uma reforma, já que  
114 a prática das atividades era inviável. Porém, houve a troca da cerâmica do piso por uma  
115 que não é adequada para a prática. Ela como conselheira e conhecedora das  
116 prerrogativas necessárias para o credenciamento, alertou a equipe sobre tudo que  
117 precisava ser alterado, como janelas, pias, piso, etc. O questionamento foi: por que essas  
118 equipes não podem ser orientadas a se permitir ouvir e levar pra direção as reivindicações  
119 trazidas das unidades? Porque ouvir é o mínimo, já que os profissionais estão ali no dia a  
120 dia e sabem das dificuldades. E acaba que fazem reforma sobre reforma porque o que foi  
121 feito não serve para usar. O Sr. Alexandre respondeu que a parte de informar ao Conselho  
122 sobre os projetos não cabe a ele. Ele passaria todas as informações solicitadas sem  
123 nenhum problema - até porque é público - só precisa pedir, pois acima dele há a  
124 secretária executiva e precisam dessa autorização. Quanto à Creche Escola José de  
125 Souza Ferraz, o piso foi trocado porque tem que ser padronizado. Se não está adequado  
126 ou nos conformes da lei, podem procurar conversar com o setor (SEINFRA), aí sim  
127 procura-se esclarecer todo o processo. Tem-se hoje, das 200 unidades: 48 entregues, 92  
128 em andamento, 22 para iniciar, 15 em licitação e 23 para análise da comissão. Das que  
129 estão em andamento, ele acredita que de 15 a 20 estarão prontas até dezembro de 2023.  
130 Ozanira trouxe algumas colocações do ponto de vista do gestor escolar. Frisou que na  
131 unidade a qual ela faz parte não está passando por nenhuma obra e falou sobre um  
132 formulário de solicitação que existe nas unidades, no qual colocam-se as necessidades  
133 relacionadas à infraestrutura, e que após esse “boom” de requalificações, aumentou muito  
134 o tempo de espera pela resposta desses formulários. Lembrou também que participou de  
135 uma reunião há uns meses na qual foi mencionado que 99% do que os gestores colocam  
136 como urgente não é. Como a SEINFRA vai mensurar se a demanda é urgente ou não  
137 sem conhecer as necessidades? Ela concorda com as requalificações e melhorias que  
138 vêm sendo feitas, mas até que ponto isso afeta o trivial, as manutenções que deveriam  
139 ser feitas com urgência? Como por exemplo uma escola ficar sem aula porque as salas  
140 não têm saída de ar e os ar condicionados não estão funcionando. O convidado  
141 respondeu que não deveria afetar, pois são outras empresas que fazem esses serviços.

142 Há um contrato de manutenção com três empresas, que são divididas por região político-  
143 administrativa (RPA), justamente para atender esse tipo de encargo. A conselheira  
144 também deixou como sugestão que houvesse um canal de diálogo e acompanhamento  
145 entre gestores e SEINFRA, para que houvesse mais proximidade entre ambos e a troca  
146 de informações fosse mais ágil. O Sr. Alexandre voltou a falar que erros acontecem,  
147 ninguém está livre disso, e que podem sim procurá-lo na Secretaria para que haja  
148 maiores esclarecimentos. O conselheiro Isaac relatou sua própria experiência, falando  
149 das dificuldades em adentrar nas unidades escolares há muitos anos. E hoje, devido a  
150 todas essas obras de requalificação padronizadas, com acessibilidade, ele é capaz de  
151 entrar e sair normalmente. Portanto, é muito importante e pertinente que permaneça  
152 seguindo os padrões da nova gestão. Não são funcionários das unidades que tem que  
153 opinar como tem que ser ou não os padrões, os técnicos e engenheiros estão aí para  
154 isso. Agora, se eles mesmos não estão seguindo os padrões, então é preciso orientar. O  
155 conselheiro Francisco falou que faz parte da comissão das Escolas Parceiras e por isso  
156 faz visitas às escolas para averiguar as propostas. Alguns engenheiros não assinam  
157 laudos ou não deixam claro a visão que tiveram sobre a visita ao local. Isso atrapalha  
158 bastante. Portanto, seria bom se houvesse um procedimento padrão para facilitar o  
159 trabalho para ambos os lados. A conselheira Auxiliadora achou muito importante essa  
160 escuta para o convidado, pela oportunidade que ele teve de ouvir quem está do outro  
161 lado. Na visão dela, o que falta para que a Prefeitura da Cidade do Recife tenha esse  
162 controle social é um espaço de escuta. Porque os problemas que foram relatados seriam  
163 resolvidos mais facilmente caso houvesse um canal de comunicação. E caso já tenha,  
164 ampliar essa divulgação. A conselheira Socorro quis fazer uma observação sobre a sua  
165 fala anterior, na qual citou que chegou a questionar os técnicos da obra, na unidade em  
166 que trabalhava, a respeito da estrutura. Esclareceu que ela é técnica de edificações e por  
167 isso tentou dialogar com a arquiteta na época, o que se tinha de projetos, que havia um  
168 documento orientador sobre a segurança da educação infantil, o qual se originou a partir  
169 da discussão não só de engenheiro e arquiteto, mas também do usuário da creche. Esse  
170 documento depois ficou como qualidade da educação infantil. São três documentos que  
171 falam sobre: brinquedos, estrutura física da construção da obra e pedagógico. Esse  
172 documento se deu quando este Conselho se instituiu como sistema de ensino, a partir  
173 desses encontros, para ser de âmbito nacional. Portanto, quando ela tentou dialogar com  
174 a arquiteta, estava baseada na escuta dos usuários da educação infantil. A presidente Ana  
175 Paula pontuou alguns assuntos ditos durante a reunião, como: o fato dessa escuta ser um  
176 momento ímpar para o convidado, pois o permitiu ter pontos de vistas diferentes - Aliria,

177 por exemplo, sempre com o cuidado no cumprimento das normas e bem estar de todos.  
178 Isaac também pontuando o mostrando as melhorias na acessibilidade. A fala dos  
179 professores sobre as dificuldades no dia a dia dentro de uma unidade que está passando  
180 por uma requalificação. Além disso, ressaltou a importância da comunicação, que precisa  
181 ser melhorada, mais transparente. O papel do Conselho em ir atrás das informações,  
182 saber o andamento dos processos, para que fiquem sempre atualizados. E já que as  
183 regionais são os canais entre SEINFRA e gestão, é preciso trazê-las mais para perto do  
184 Conselho, para que elas entendam a intenção do mesmo. Quanto aos erros que  
185 acontecem durante os processos, são normais. Problemas serão encontrados porque  
186 algo está sendo executado. É preciso que haja união, juntem-se forças, porque está  
187 sendo excelente toda essa movimentação de requalificação. Falou que entende como não  
188 é fácil estar no lugar das equipes técnicas, pois são muitos palpites dados durante o  
189 percurso. Também teve a questão do déficit de pessoal inicialmente, mas que agora já  
190 está resolvido. Então para encerrar essa primeira parte, a presidente Ana Paula  
191 agradeceu o comparecimento do Sr. Alexandre e fez o pedido para ampliar esse canal de  
192 comunicação entre CME e SEINFRA. Informou que do mesmo modo que eles,  
193 conselheiros, têm a liberdade de procurá-lo na Secretaria, ele também pode, sempre que  
194 achar pertinente, avisar ao CME sobre novos andamentos, porque deve existir uma  
195 parceria, uma soma de contribuições. Agradeceu também e parabenizou a fala de todos  
196 os conselheiros, pois cada dia mais vêm crescendo, atuando e se fazendo presente. O  
197 convidado fez o agradecimento às críticas construtivas, por não ter havido nenhum tipo de  
198 atrito ou grosseria, e ressaltou que todos podem procurá-lo na Secretaria para maiores  
199 esclarecimentos, preferencialmente no período da tarde. Colocou-se também à disposição  
200 de sempre vir ao Conselho caso achem necessário. Após todos os agradecimentos e a  
201 saída do convidado da sala, deu-se início à leitura da vigésima sexta ata da reunião  
202 plenária de 2023, a qual foi aprovada sem alterações. **Informes.** O conselheiro Isaac  
203 informou sobre a Conferência Extraordinária Estadual, a qual ele poderia fornecer o link  
204 para quem quisesse participar como observador da Conferência Nacional, com vagas  
205 limitadas. O conselheiro Francisco comunicou que iniciaram com a Comissão de  
206 Avaliação das Escolas Parceiras do edital de chamamento. Foram sessenta e oito  
207 inscrições e trabalharão nisso o mês de dezembro todo. Socorro informou que irão  
208 receber mil professores na rede, sendo oitocentos de anos iniciais e duzentos de anos  
209 finais; e ela espera que sejam bem acolhidos. A presidente Ana Paula frisou que serão  
210 todos bem recebidos, à base de qualidade, ética e respeito. **Palavra Facultada.** A  
211 conselheira Socorro pontuou seu entendimento sobre uma das falas do convidado

212 Alexandre, a qual ela entendeu da seguinte forma: “Nós, da Secretaria de Infraestrutura,  
213 não temos nada a ver com o pedagógico”. Falou que entende o posicionamento dele  
214 como engenheiro, mas é o cuidado que é preciso ter. Outro ponto também que ela quis  
215 mencionar foi sobre a citação de Marcelo sobre o ensino híbrido e uma colocação de  
216 Aliria, a qual ela disse que a cidade do Recife foi exposta por uma colega do Sindicato  
217 Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial do Recife (SIMPERE) no  
218 Congresso. Essa exposição teve a ver justamente com o ensino híbrido, e para ela, como  
219 professora, é uma preocupação, pois em hipótese alguma deverá ter esse tipo de ensino  
220 na educação infantil. A conselheira soube, por exemplo, que esse tipo de situação já vem  
221 ocorrendo na unidade da Mãezinha do Coque, por conta dessas requalificações  
222 frequentes. Ela fez um levantamento de quais unidades estão utilizando esse ensino, e  
223 por mais que se diga que está atendendo a aula-atividade, não se tem um retorno, um  
224 controle. A conselheira também fez uma breve leitura da **Carta do MIEIB** - Movimento  
225 Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, publicada em outubro deste ano, dizendo que  
226 não se deve fazer em hipótese nenhuma atividade remota para educação infantil. Vários  
227 países de referência que utilizavam telas na educação, não estão fazendo mais, pois  
228 viram que vem causando um retrocesso no desenvolvimento e aprendizagem. Então, para  
229 com a requalificação, a conselheira não vê nenhum problema, principalmente quando  
230 inclui acessibilidade. Falou que, como conselheiros, precisam ser muito responsáveis com  
231 a educação que estão defendendo, já que como órgão de controle, saem em defesa da  
232 educação pública de qualidade. Marcelo esclareceu que quando se referiu à adoção do  
233 ensino híbrido na perspectiva de minimizar o impacto da suspensão de atividades  
234 presenciais, é que de fato o Conselho Nacional de Educação tem diretrizes claras em  
235 relação a essa metodologia. Dentro da Câmara de Ensino Fundamental (CEF), na qual  
236 vem sendo discutido a operacionalização desse assunto, não se discute, por exemplo, a  
237 adoção do ensino híbrido para a educação infantil, justamente por coadunar do mesmo  
238 entendimento: que na educação infantil é indispensável relações sócio-afetivas entre  
239 crianças, professores e demais membros da comunidade para seu processo de  
240 desenvolvimento. Inclusive, levou-se em consideração que a rede municipal de ensino  
241 não oferta equipamentos para educação infantil, por ter esse mesmo entendimento, de  
242 que o processo de desenvolvimento não se deve dar por meio de mediação tecnológica.  
243 Agora, na possibilidade de suspensão das aulas presenciais, seja qual for a motivação, é  
244 papel do poder público munir, de alguma maneira, essa família e esse estudante de uma  
245 atividade para minimizar esse impacto. Quando a rede utiliza essa metodologia no ensino  
246 infantil, quando se recomenda atividades para serem feitas em casa, não é por mediação

247 tecnológica. A Secretaria da Primeira Infância tem apoiado várias escolas e  
248 coordenadores pedagógicos a encaminharem atividades para os pais, aproximar a  
249 relação da família com a escola, para que esse cuidador da criança tenha condição de  
250 desenvolver uma atividade pedagógica em casa. Portanto, as alternativas e tentativas que  
251 vêm acontecendo, não é para estimular a adoção da tecnologia para o ensino infantil, mas  
252 de encontrar caminhos para que essa família seja devidamente orientada a manter uma  
253 atividade pedagógica com a criança em casa. E o que a CEF vem discutindo é que a  
254 partir dessa recomendação do Ministério da Educação, quais são as etapas de ensino?  
255 Qual o modelo que se quer adotar? E essa discussão só está acontecendo porque o  
256 ensino híbrido já está implementado em todas escolas públicas e particulares do país. O  
257 que há é a ausência de uma normativa nacional que estabeleça quais são os critérios  
258 básicos para implementação. Nesse caso específico, Marcelo disse que não há  
259 entendimentos diferentes, pois todos os conselheiros trabalham por uma educação de  
260 qualidade. Só precisa-se levar em consideração algumas situações específicas, como:  
261 escolas que por necessidade de reforma precisam ter as atividades presenciais  
262 suspensas. Como lidar com isso da melhor maneira. Aliria falou em seguida sobre o  
263 posicionamento de uma professora durante a União Nacional dos Conselhos Municipais  
264 de Educação - UNCME. Não que ela quisesse debater o que foi dito, mas a forma como a  
265 professora se expressou deu a entender que há uma falta de responsabilidade do CME  
266 em estar acompanhando essas requalificações. Então Aliria quis chamar a atenção de  
267 Alexandre para que ele soubesse que isso já vinha sendo discutido no Conselho e que  
268 precisavam das informações sobre as obras. Disse que durante o Congresso, a fala  
269 dessa professora, motivou a fala de Ana Lúcia, vereadora do Rio de Janeiro, e aí sim,  
270 essa última, questionou nominalmente o CME do Recife. Aliria também falou que o  
271 Conselho não se manifestou porque não quis desmoralizar uma professora da rede em  
272 âmbito nacional. Marcelo disse que não entendeu a participação do SIMPERE num  
273 encontro Nacional dos Conselhos. Aliria continuou sua fala dizendo que chamou a Ana  
274 Lúcia e explicou que ela não poderia se posicionar publicamente a cerca de um órgão a  
275 qual ela desconhece. Inclusive, apresentou a ela os representantes do CME de Recife,  
276 como atuantes e com agenda para tratar sobre o assunto da infraestrutura. Resumindo,  
277 Ana Lúcia Goulart criticou o CME de Recife publicamente, em espaço nacional,  
278 desconhecendo completamente a realidade do Conselho. Ana Paula complementou que  
279 foram falar com Ana Lúcia Goulart, não para questionar seu posicionamento, mas sim  
280 para informá-la que o Conselho é atuante e fazedor de seus ofícios quanto conselheiros.  
281 A professora da rede que já havia falado, viu que estavam conversando com Ana Lúcia e

282 foi procurar saber se havia algum problema em relação à fala dela. Disseram a ela que  
283 não havia nenhum questionamento em relação à fala dela, mas ela continuou insistindo.  
284 Ana Paula quis deixar registrado em ata que não gostou da professora não ter dito que há  
285 representantes do SIMPERE dentro do CME, extremamente respeitadas - Socorro e  
286 Elaine. Inclusive falou isso para a professora naquele momento, durante a UNCME. Falou  
287 ainda que voltaria à tarde para ter o momento de fala, porém, por uma decisão em  
288 conjunto, os conselheiros decidiram não falar mais nada para que não houvesse mais  
289 exposição de uma situação tão desnecessária. Ana Paula frisou: ela como professora,  
290 poderia ter falado o que quisesse na UNCME, mas deixou solto que o CME de Recife não  
291 atua. E isso não acontece. Aliria contou que todos os conselheiros se questionaram sobre  
292 a postura da professora em relação à Socorro. A professora perguntou a eles o porquê de  
293 Socorro não ter ido à UNCME, e explicaram que houve uma votação. Quando a  
294 perguntaram por que o sindicato não a havia levado, ela disse que Socorro não havia ido  
295 por motivos pessoais; além disso, quando o conselheiro Fernando falou com ela, ela  
296 respondeu: E quem é você? Ana Paula não gostou e disse que vai questionar a UNCME.  
297 Marcelo falou que essa professora não representa a categoria como um todo e  
298 infelizmente algumas pessoas utilizam esses espaços para transformar o foro que não é o  
299 lugar adequado. Ele ressaltou que precisa-se questionar a UNCME, como uma instituição  
300 sem fins lucrativos e representante dos Conselhos Municipais de Educação, o porquê do  
301 SIMPERE ser o único sindicato a participar dos encontros (pelo menos desde que ele  
302 participa também). Porque o evento é de formação para os conselheiros. Não é um fórum,  
303 não é uma conferência. A UNCME recebe a contribuição dos municípios para fazer a  
304 formação dos conselhos municipais. Portanto, para Marcelo, não cabe num encontro  
305 nacional, opiniões sobre atuação do Conselho A ou B. Cabe sim, o próprio Conselho  
306 expor sua situação e todos se ajudarem. Esse seria o papel da UNCME, articular para  
307 que os Conselhos saiam fortalecidos. Então para ele, deve-se oficializar e conversar “com  
308 a UNCME” sobre isso. A professora se equivocou ao falar do CME de Recife, mas isso só  
309 ocorreu porque a UNCME abriu espaço num encontro nacional dos Conselhos para  
310 participação de órgãos que não são Conselhos. Não faz sentido, quem não é conselheiro,  
311 usar esse espaço para fazer críticas aos Conselhos. Não é essa a intenção do evento.  
312 Por isso a falha não está em quem foi participar, e sim em quem permitiu e autorizou que  
313 isso acontecesse. Ana Paula disse que diante de tudo isso, irão oficializar à UNCME  
314 sobre o ocorrido. A única que se absteve em concordar com a oficialização foi a  
315 conselheira Socorro Aquino. Nada mais havendo a tratar, a  
316 presidente do Conselho Municipal de Educação, Ana Paula de Oliveira Tavares, encerrou

317 a reunião e eu, Alba Laena Neves Gomes, secretária ad hoc desta reunião plenária, lavrei  
318 a seguinte ata, que vai por mim assinada e pelos demais presentes.